

Militares temem que anistia abra arquivos secretos

BRASÍLIA — Os ministros militares aumentaram no fim-de-semana o tom de suas críticas à ampliação da anistia e, segundo um dos coordenadores do *Centrao* estão temendo que a autorização para que o Poder Judiciário examine os atos institucionais editados pelo regime militar — motivo de uma emenda ao Ato das Disposições Transitórias — traga à tona o arquivo da Revolução de 1964, principalmente as atas secretas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional, nas quais eram decididas as cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos.

Este assunto foi tema de longa conversa reservada do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, com o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais líderes do *Centrao*, na noite de quinta-feira, durante a recepção no Palácio da Alvorada após a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O próprio presidente está muito interessado no assunto e quer acompanhar todos os lances da votação da anistia, quando retornar quarta-feira da viagem que iniciou ontem aos Estados Unidos.

Irritado — O general Leônidas irritou-se na Base Aérea de Brasília, na hora do embarque de Sarney, quando um repórter perguntou sobre a possibilidade de a Constituinte aprovar a anistia que os militares não querem e com isso provocar retrocesso político. "Essa pergunta não tem pertinência. Nossos argumentos são irrefutáveis", disse o ministro do Exército, não deixando que o repórter insistisse na pergunta. "A pergunta é impertinente", repetiu ele três vezes.

A discussão da anistia, segundo o ministro, tem duas vertentes: os anistiados e os que, embora também anistiados, ainda se julgam com direito a outros benefícios, como promoções a postos que a lei não mais permite. "Não há nenhuma possibilidade de cedermos mais nada em termos de anistia", disse o ministro, acrescentando que não perdeu seu tempo em fazer

cálculos, mas está convencido de que novos benefícios aos anistiados vão trazer prejuízos de ordem hierárquica e disciplinar.

Falando sobre os marinheiros punidos por atos administrativos que insistem na reintegração, o ministro disse que isso abriria a porta para medidas administrativas impossíveis. "Não somos contra a anistia, mas contra exageros. Temos muita responsabilidade e eu não acho justo que 140 milhões de brasileiros assistam à Constituinte parar para olhar o problema dessa minoria", afirmou o general Leônidas. Ele lembrou que a anistia dada no Brasil foi "a mais generosa possível" e conclamou os constituintes a se comportarem com bom senso.

"Demagogia" — No sábado, em entrevista distribuída pela EBN, agência de notícias do governo, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, afirmou, referindo-se à reintegração dos marinheiros punidos por atos administrativos, que "cada um quer receber uma Loto". Segundo o brigadeiro, "os que tinham direito de ser reintegrados na sua função foram reintegrados, os outros estão na reserva e o resto é demagogia".

Um parlamentar que mantém contatos com os militares disse que qualquer um dos ministros das três forças teria dificuldades para explicar à tropa — que tem salário curto, não recebe hora extra, teve a URP cortada, é transferida para qualquer cidade sem direito a escolha e não pode se queixar de nada — que os indisciplinados de 1964 estão recebendo um prêmio de loteria.

A anistia que os militares aceitam é a que propõe o *Centrao* abrange todos os que, de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da nova Constituição, foram punidos, "em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares". Os marinheiros não se enquadram nessa categoria: foram punidos por indisciplina e através de atos administrativos.



Maria de Lurdes e Raimundo querem ter vida normal



Leônidas (E) afirma que militar não cede mais

Viúva de marido vivo recusa morte oficial

BRASÍLIA — Elas recebem pensão como viúvas, mas a carteira de identidade mostra que são casadas. Caberá à Constituinte resolver, quando for votado o artigo 5º do capítulo das Disposições Transitórias, a situação surrealista vivida pelas mulheres de marinheiros punidos com expulsão e declarados mortos após o golpe militar de 1964.

O casal Maria de Lurdes e Raimundo Porfírio Costa é um exemplo. Ele, ex-cabo da Marinha, 53 anos, foi licenciado em 23 de novembro de 1964 e desde então é considerado morto. Ela, embora esteja às vésperas de completar 23 anos como pensionista — o primeiro montepio só foi pago em 14 de junho de 1967 —, não se conforma e protesta: "As Forças Armadas não puniram apenas seus soldados, mas uma centena de famílias que passaram a não existir perante a sociedade."

Banidos — Quando compra a crédito,

Maria de Lurdes tem de explicar que apesar de seu comprovante de renda ser a carteira de pensionista da Marinha, é casada, como diz a identidade. Na escola, foi obrigada a esclarecer que o pai de seus filhos é morto apenas oficialmente. "Somente a Constituinte poderá reabilitar nossas famílias, pois fomos banidos do convívio social", apela.

Para resolver essa situação, os constituintes estão discutindo três propostas de fusão de emendas dos deputados Lysáneas Maciel (PDT-RJ), Raquel Cândido (PFL-RO), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Mário Lima (PMDB-BA), Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Carlos Cardinal (PDT-RS). A primeira opção seria conceder aos praças das Forças Armadas, expulsos ou licenciados por motivo político, aposentadoria correspondente à graduação que teriam se continuassem na ativa. A medida entraria em vigor 12 meses após a promulgação da nova Constituição e beneficiaria 1 mil 509 ex-marinheiros,

muitos dos quais tiveram seus nomes excluídos até do montepio.

Como segunda opção examina-se a lei ordinária de iniciativa do Congresso, que definiria apenas o tipo de benefício a que os ex-praças teriam direito, sem estabelecer que o pagamento caberia às Forças Armadas. A terceira seria a entrega da decisão ao Poder Judiciário, que reconheceria os direitos dos que comprovassem ter sido punidos por motivo político. O Judiciário teria prazo de 120 dias para decidir.

O texto do *Centrao* já aprovado, garante aos militares punidos em 1964 — e enquadrados em portaria reservada do Ministério da Aeronáutica datada de julho — "reparação de natureza econômica na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional, a vigorar a partir de 12 meses após a data de promulgação da Constituição".

Filha de marinheiro é símbolo

Dona Zeelândia Cândido Andrade, casada, seis filhos, 63 anos, moadora da Baixada Fluminense, onde atua na associação de moradores e no movimento negro, é hoje mais do que a filha do ex-marinheiro João Cândido, que comandou a Revolta da Chibata em 1910, para tentar abolir os castigos físicos na Marinha. Para os militares cassados que se batem pela anistia, ela é um símbolo de luta. "E a luta", ela diz, "é para que esses homens que se dedicaram à arma que meu pai tanto amou não se transformem em novos Joões Cândidos, vítimas de erros históricos".

A filha do *Almirante Negro* acredita que o objetivo da União dos Militares Não Anistiados é semelhante ao de seu pai, com a vantagem de a conscientização política hoje ser maior. "Meu

pai entrou na Marinha com 14 anos, e 16 anos depois era posto para fora sem nenhum direito, como se nunca tivesse existido, o que é pior do que ser considerado um morto-vivo", lembra.

João Cândido brigou para acabar com a chibata, que tanto humilhava os marinheiros nos navios, e melhorar o soldo e a alimentação. Zeelândia participa da luta pela anistia porque foram os marinheiros que assistiram seu pai na velhice, e deram-lhe um salário quando ele não podia mais sobreviver da pesca. João Cândido foi anistiado pelo Congresso e pelo Superior Tribunal Militar, mas a Marinha jamais reconheceu essa anistia. Só em 1961, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola lhe concedeu pensão vitalícia, no valor de um salário mínimo.

Presidente Ulysses é contra adiar eleição

BRASÍLIA — Ao assumir interinamente pela 11ª vez a presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães disse, enérgico, que as eleições municipais já estão marcadas e, portanto, devem ser realizadas em novembro, não se admitindo qualquer adiamento. "Se eleição fosse problema, a democracia seria um problema. E não é. Portanto, devemos ter eleição municipais este ano", afirmou Ulysses. Ele disse ainda que, se não houver acidentes de percurso, a nova Constituição estará pronta em julho. Para isso, Ulysses está pretendendo marcar sessões noturnas e aos sábados e domingos.

Em entrevista na Base Aérea, na hora do embarque do presidente Sarney para os Estados Unidos, Ulysses comentou as dificuldades que a Constituinte enfrenta para votar o texto sobre anistia. "É um problema delicado e complexo, mas estou certo de que todos estarão conscientes

do problema. De qualquer forma, a soberania da Constituinte será respeitada", disse.

Ele conclamou ainda os constituintes a retirarem impropriedades que estão previstas para aprovação no Ato das Disposições Transitórias, explicando que "aquilo que não tem significação global pode criar problemas para o país". Ulysses anunciou que está fazendo gestões junto às lideranças para que mantenham os entendimentos ocorridos nas disposições permanentes também nas disposições transitórias.

Como Ulysses, na condição de presidente da Câmara dos Deputados, exercerá interinamente a presidência da República até quarta-feira, quando Sarney retornará dos Estados Unidos, dificilmente haverá votações da Constituinte esta semana. Ulysses quer presidir a sessão em que será votado um dos temas mais delicados para o governo, depois da definição da duração do mandato: a anistia.

Lourenço quer 5 anos para qualquer mandato

BRASÍLIA — Mandato de cinco anos, não só para presidente, mas também para governadores, prefeitos, deputados federais e estaduais e vereadores. Foi a idéia defendida ontem pelo líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, sob o argumento de que "o Brasil não é a Suíça para ter eleições a cada ano". Segundo ele, o mandato dos senadores — atualmente de oito anos — poderia passar para dez anos, a fim de que, a cada cinco anos, houvesse a renovação de dois terços e um terço do Senado.

Lourenço acha que essa idéia pode entrar em vigor a partir de 1994. Assim, a cada cinco anos, haveria eleições gerais para presidente, governador, deputado federal e estadual, vereador e prefeito. O líder pefelista defendeu ainda a realização de eleições municipais em novembro

deste ano, mas para um mandato-tampão de dois anos, com direito à reeleição em 1990. Assim, em 1994 haveria eleições gerais e esse sistema se implantaria definitivamente.

O deputado acha difícil, contudo, que essa idéia se concretize durante as votações da Constituinte. "Podemos agora — explicou — aprovar o mandato-tampão de dois anos. Depois, numa futura emenda constitucional, determinar a criação do mandato de cinco anos para todos e a coincidência de eleições gerais".

Lourenço informou que a idéia está crescendo dentro do PFL, mas reconheceu que ela ainda não foi levada às demais lideranças na Constituinte. Segundo ele, o debate sobre as eleições municipais deverá ser retomado depois que o deputado Ulysses Guimarães deixar a presidência da República, quarta-feira.

Mailson vai discutir anistia a devedores

BRASÍLIA — A polémica em torno das emendas que anistiam os débitos das microempresas e agricultores contraídas durante o Plano Cruzado, de autoria do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e deputado Humberto Souto (PFL-MG), deve ser encerrada amanhã com a reunião do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e os líderes dos partidos no Congresso, prevista para as 12 horas, no Ministério da Fazenda.

O presidente José Sarney recomendou ao líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, que definisse todas as questões levantadas pelas emendas. "Conversem, troquem idéias. Quero vocês afinados no Congresso", instruiu o presidente, durante uma recepção na

residência do Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, na noite do último sábado, véspera de sua viagem aos Estados Unidos.

O Ministro da Fazenda apresentará um quadro de consequências das emendas que anistiam as dívidas das microempresas e agricultores — baseado em levantamentos do Banco do Brasil (principal investidor no crédito rural) e dos bancos estaduais — a cerca de 20 parlamentares, inclusive aos autores das emendas, Humberto Souto e Mansueto de Lavor. O débito dos microempresários e agricultores está calculado em cerca de C\$ 5 bilhões que, caso as emendas sejam aprovadas, serão inevitavelmente repassados para o Tesouro Nacional.